



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 17

POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/03/2021

Carmem Letícia dos Santos

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5045879020001308>

Francislane Viana da Cruz

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5878449873061165>

Maria de Jesus da Silva Lopes

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5046502450875209>

Thais Tássia Pereira da Silva

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9567212683454428>

Camila dos Santos Sampaio Carvalho

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/8534673811338297>

Nágila Silva Alves

Fisioterapeuta, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/0652604317785338>

Iracema Soares de Oliveira

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/8251404493552141>

Beatriz de Oliveira Lima

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/4547842387094630>

Faustina Emanuelle Nunes Alves

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/5969770246063792>

Johnes Wallas de Sousa Nascimento

Assistente Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA.
Teresina, Piauí, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9172634978013671>

RESUMO: O presente artigo traz uma discussão crítica acerca da relação da pobreza, sendo a mesma uma expressão da questão social, com o ato infracional praticado por adolescentes. É um estudo de abordagem qualitativa. O método dialético foi utilizado para analisar os dados coletados e explanar resultados compatíveis aos objetivos propostos. Abordaram-se as características da adolescência, assim como os direitos dos adolescentes que não são efetivados, o que resulta em mazelas sociais. As conclusões obtidas demonstraram que a condição de pobreza, vulnerabiliza os adolescentes, os

deixando desprotegidos diante de situações precárias e que sua relação com o ato infracional, exige do Estado efetivação de políticas de prevenção e proteção, capaz de atender suas necessidades e seus direitos, visto que essa relação também é uma realidade recorrente que se configura como uma expressão da questão social.

PALAVRAS - CHAVE: Pobreza. Adolescente. Questão Social.

DOES POVERTY AND THE INFRACTIONAL ACT PERFORMED BY ADOLESCENTS CONFIGURE AS AN EXPRESSION OF THE SOCIAL ISSUE?

ABSTRACT: This article brings a critical discussion about the relationship of poverty, which is an expression of the social issue, with the infraction practiced by adolescents. It is a study of qualitative approach. The dialectical method was used to analyze the data collected and explain results compatible with the proposed objectives. The characteristics of adolescence were addressed, as well as the rights of adolescents who are not enforced, which results in social problems. The conclusions obtained showed that the condition of poverty makes adolescents vulnerable, leaving them unprotected in the face of precarious situations and that their relationship with the infraction requires the State to implement prevention and protection policies, capable of meeting their needs and rights, since this relationship is also a recurring reality that is configured as an expression of the social issue.

KEYWORDS: Poverty. Teenager. Social issues.

1 | INTRODUÇÃO

A construção dessa pesquisa se dá pela necessidade de conhecer a realidade dos adolescentes que cometem ato infracional, por meio de uma análise crítica que nos permita perceber a condição de pobreza que estão submetidos estes adolescentes. A pobreza como expressão da questão social, faz com que os adolescentes pobres vivenciem uma realidade na qual sofrem preconceito e discriminação, intensificando ainda mais sua condição de pobreza, levando assim os adolescentes a praticar ato infracional.

A condição de pobreza é marcada pela omissão do Estado, ausência de políticas públicas universais x focalização das mesmas, culpabilização dos adolescentes pela sua condição socioeconômica, extrema desigualdade, violação de direitos, desproteção dos sujeitos, dentre outros. Este é o cenário atual de um sistema capitalista desigual. O fenômeno ato infracional praticado por adolescentes tem se configurado como um fator atual, visto que a precarização das políticas públicas decorrentes de um Estado neoliberal permitem um maior risco de vulnerabilidade vivenciada pelos adolescentes, violando assim seus direitos.

É importante salientar que o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) trouxe avanços no reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, sendo que as condições dignas devem ser asseguradas e efetivadas desde a infância, porém é inegável perceber a condição de desigualdade e pobreza vivenciada por muitos nos dias atuais. Paralelo a isso os adolescentes vivem marcados com estigmas atribuídos pela

sociedade como delinquentes, marginais e perigosos.

Dessa forma, essa realidade dos adolescentes pobres que cometem ato infracional será analisada pelo olhar dos objetivos específicos como: contextualizar a questão social e a pobreza; conceituar e caracterizar a fase da adolescência; desvendar as mazelas sociais que estão submetidas os adolescentes pobres e discutir como o ato infracional praticado por adolescentes mediante a pobreza se configura como uma expressão da questão social.

2 | REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL E POBREZA

O presente capítulo trará como discussão o cenário em que a questão social se forma na sociedade capitalista e os seus desdobramentos por meio de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, assim também como suas expressões na sociedade dando ênfase a pobreza. A questão social ainda existe e se sustenta por meio de uma produção coletiva e da apropriação privada, ou seja, todos na sociedade capitalista produzem e poucos têm o acesso a essa produção (IAMAMOTO, 2011).

Nesse processo de acumulação de riqueza é potencialmente visualizado outro fator, a polarização da pobreza e da miséria que se desenvolvem na mesma escala. Isso porque, riqueza e pobreza estão inseridas em um mesmo processo de produção capitalista, passando a serem algumas faces da questão social, na qual se renovam de várias formas em bases desiguais e antagônicas, deixando claro que a existência da questão social está ligada ao crescimento do capitalismo. Segundo lamamoto (2011, p.155-156) “a questão social é indissociável da sociedade capitalista, e particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital”.

Demo (2003, p.197) chama a atenção de que “a pobreza é o mais agudo problema econômico do país”. Essa questão econômica está ligada a outro fator como a desigualdade e continua afirmando que o combate a desigualdade “representa o caminho estratégico para erradicação definitiva da pobreza no país” (DEMO, 2003, p.197). Assim podemos perceber que a questão social ao apresentar suas manifestações deixa a população à margem de condições desiguais. Demo (2003, p.200) ainda salienta a relação encontrada entre desigualdade e pobreza sendo que “ao primeiro cabe erradicar, e ao segundo combater”.

Iamamoto (2011, p.163) destaca como a visão sobre a questão social pode-se tornar uma armadilha no seu enfrentamento, assim como suas nuances, ao afirmar que a “tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de combate à pobreza”. Ou seja, a pobreza por apresentar características complexas não deve ser combatida apenas com programas focalizados.

Assim, essa condição de pobreza é vivenciada por um conjunto da população que se encontra em condições desiguais, sendo a pobreza uma das faces da questão social como foi explanado acima. O capítulo a seguir irá discorrer sobre os adolescentes, sujeitos

em destaque que além da pobreza, também enfrentam condições de desigualdade, gerada pelo sistema capitalista.

3 I ABORDAGEM CONCEITUAL E CARACTERÍSTICAS DA ADOLESCÊNCIA

A fase da adolescência tem perspectivas diversas de acordo com diferentes autores quanto ao seu início e seu término, mas ela apresenta características universais, ou seja, todo indivíduo da espécie humana nessa fase atinge a puberdade, sendo a ovulação nas meninas e a produção de espermatozóides nos meninos, mudanças no corpo, como crescimento físico, mudança no tom da voz, desenvolvimento da consciência de si mesmo, autoconhecimento de sua personalidade, espírito crítico, despertando curiosidade e questionamentos, internalizando novos conceitos e posicionamentos, socializando-se, afetando a si e aos outros e a construção de sua própria identidade (CAMPOS, 1987). Segundo Aberastury; Knobel (1981, p.89, grifos do autor) a palavra

adolescência vem do latim, adolescência, *ad*: a, para a + *olescer*: forma incoativa de *olere*, crescer significa a condição ou processo de crescimento. O termo se aplica especificamente ao período da vida compreendido entre a puberdade e o desenvolvimento completo do corpo [...].

A puberdade, como aponta a autora acima, se refere ao “crescimento e às modificações do seu corpo ao chegar à puberdade - latim, *pubertas*, de *púber*: adulto capacidade de gerar – impõem ao adolescente uma mudança de papel frente ao mundo exterior, e o mundo externo exige-lhes se ele não o assume” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.89, grifos do autor).

Campos (1987) declara que a definição do adolescente apenas por questões biológicas é limitada. Também, observa a puberdade como uma mudança “que nada mais significa do que aspectos biológicos relacionados com os fenômenos resultantes daquelas transformações no processo de maturação da espécie humana” (CAMPOS, 1987, p.17).

De acordo com Silva, H; Silva, J (2005) o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) destaca que definir um adolescente apenas por idade termina limitando a identidade do mesmo, embora haja a existência de adolescentes, é necessário que eles sejam reconhecidos na sua condição peculiar, influenciada por seu contexto social e cultural, como família, escola, sociedade e outras socializações. Não pode ser considerado como um ser indefinido, mas que está situado em um espaço mediante construções históricas com características da infância e da própria adolescência.

Essa mesma concepção é tratada por Campos (1987, p.28), a qual afirma que “além dos fatores biológicos, [...] a adolescência é influenciada pelo ambiente familiar, social e cultural onde o indivíduo se desenvolve”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no art. 2º, expressa que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de

idade” (BRASIL, 1990, p.25). Esses sujeitos devem ser considerados como pessoas em desenvolvimento, ou seja, deve ser levado em consideração seu desenvolvimento físico e mental.

Aberastury; Knobel (1981) evidencia essa fase chamando-a de a síndrome normal da adolescência¹. É importante destacar que essa normalidade será de acordo com os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, fatores estes que precisam ser compreendidos, pois qualquer reação do adolescente será uma normalidade:

1) Busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações de condutas, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.29).

As características resumidas apresentadas aqui são uma demonstração de como essa síndrome normal da adolescência deve ser vista como características que realmente fazem parte do desenvolvimento do adolescente. Separá-lo dessas características é não se ter uma identificação dele, que embora se apresente como um ser em transição, em desenvolvimento, ele deve ser sim, definido, pois suas características lhe tornam único (ABERASTURY; KNOBEL, 1981).

Diante do exposto podemos perceber que além do fator da puberdade, o adolescente também é influenciado por todos os fatores que envolvem seu cotidiano, deixando claro como isso o afeta, portanto, uma realidade marcada por diversas nuances. No item a seguir serão discutidas as condições sociais, culturais, políticas e econômicas que os adolescentes estão submetidos, pois dependendo de como seu contexto os afeta, os mesmos podem sofrer violação de direitos, dentre outros fatores os tornando-os vulneráveis e conseqüentemente pobres.

4 | DESVENDANDO AS MAZELAS SOCIAIS QUE OS ADOLESCENTES POBRES ESTÃO SUBMETIDOS: PRIVAÇÃO DE DIREITOS

A pobreza afeta o direito dos adolescentes, deixando-os vulneráveis e mais aptos a outras situações de vulnerabilidades (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF, 2011). O UNICEF destaca que a pobreza vai além da renda monetária, mas que tem haver também com a privação de direitos. Demo (2003) reconhece a pobreza como

¹ Segundo Aberastury; Knobel (1981) a síndrome normal da adolescência se define como as características dadas como natural durante essa fase da adolescência. Essa síndrome é caracterizada como um aspecto geral, seguida da perspectiva de normal encarada como uma naturalidade.

um fator complexo, por isso seria banal reconhecê-la apenas como ausência de recursos.

Diante dos avanços no que diz respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) busca fortalecer a compreensão quanto à importância da proteção integral desses sujeitos (BRASIL, 1990). Sendo assim se esses sujeitos não têm acesso aos seus direitos, podemos compreender que os mesmos são negados.

A Constituição Federal (CF) de 1988 apresenta que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Portanto, dispõe no artigo 227, que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.144).

Embora a CF de 1988 situe a família e a sociedade como responsáveis por assegurar os direitos da criança e dos adolescentes, é dever do Estado efetivar o acesso dos adolescentes as políticas públicas. De acordo com Cabral; Chioquetta (2017, p.123) o “problema da pobreza é um reflexo direto da omissão estatal na garantia de direitos fundamentais”. A pobreza aqui referida diz respeito àquela gerada no sistema capitalista, que se manifesta nas desigualdades sociais, em que a população não tem acesso aos seus direitos (MAYO 2016).

A UNICEF declara a pobreza como sendo um fator, que desencadeia a vulnerabilidade. E também relata que

A pobreza nega aos adolescentes seus direitos. Ela representa uma situação de vulnerabilidade que potencializa outras vulnerabilidades. Torna mais frágeis o que poderiam ser ambientes de proteção e segurança de meninos e meninas, aumenta os riscos de abuso e exploração. Faz com que esses adolescentes fiquem mais expostos a doenças, à má alimentação. Além disso, a situação de pobreza, muitas vezes, mina a confiança dos adolescentes em seu próprio futuro e no futuro de suas comunidades e de seu país. Essa é ainda uma vulnerabilidade que se transmite de geração a geração, criando ciclos intergeracionais de exclusão (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF, 2011, p.29).

A desigualdade gerada pelo sistema aumenta e prevalece à exclusão social, mesmo com os avanços legais a respeito dos direitos da criança e do adolescente, muitos ainda têm seus direitos violados, tornando-se excluídos. Segundo Beretta (2010) uma das maiores formas de exclusão é derivada do não acesso aos direitos, deixando-os refém a todo o tipo de exploração, abuso, negligência, abandono, maus tratos, trabalho infantil, violência e drogas, entre outros.

Porém, assim como existem fatores que levam esses adolescentes a terem seus

direitos violados e viverem em condição de pobreza, exclusão e desigualdades, existem também diversas possibilidades para que os mesmos não vivenciem esses fatores de forma tão violenta, como por exemplo, a possibilidade de acesso às políticas públicas e a efetivação dos direitos dos adolescentes. O capítulo a seguir tratará como essa condição de pobreza e de não efetivação dos direitos dos adolescentes pode levar a uma tendência de práticas de atos infracionais.

5 | REFLEXÕES DE COMO O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES MEDIANTE A POBREZA SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

No capítulo anterior foi abordado as condições de vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes pobres, principalmente pela via de negação de direitos. De acordo com Brasil (1990, p.56) o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) em seu artigo 103, declara “ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Beretta (2010, p.178) confirma que “os adolescentes autores de atos infracionais se encontram em situação extrema de fragilidade, pela via de negação de direitos mais fundamentais”. Tendo em vista, que os direitos fundamentais são expressos mediante educação, saúde, moradia, lazer, transporte, dentre outros, e muitos adolescentes sequer tem acesso a esses direitos, vivendo em risco, tornando-se cada vez mais invisíveis.

Segundo Volpi (2001) os adolescentes em conflito com a lei não encontram defesa de seus direitos, pois, pelo fato de terem cometido ato infracional são utilizados adjetivos estigmatizantes, como delinquentes, perigosos, predadores, dentre outros. Esses adolescentes, além de já virem de um processo de exclusão e de não acesso aos seus direitos, continuam sofrendo as designações quando cometem ato infracional, deixando claro que tal crime cometido é reflexo da desigualdade gerada pelo sistema capitalista.

É importante destacar as reflexões que são levadas a discutir sobre as condições desses adolescentes, Nascimento et al (2017, p.115) valida

também que possa propor uma releção sobre as políticas públicas, a cidadania e os direitos humanos no Brasil, como também alertar sobre a situação de risco e vulnerabilidade social que estão vivendo muitos adolescentes no país e que os mesmos sofrem com a extrema desigualdade de renda e, além disso, sente na pele a diversidade de preconceitos e discriminações como a cor de pele até pelo fato de estar em conflito com a lei sofre duras penas da estigmatização da sociedade.

É necessário que possamos nos despir de qualquer preconceito atribuído a estes adolescentes, pois como venho destacando por meio das bases fundamentadas dos autores, muitas das condições desiguais e de pobreza, assim como a exclusão, são resultantes de um Estado omissivo, com apenas políticas focalizadas. Beretta (2010, p.80) aponta que:

Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas² já vivenciaram as diversas expressões da questão social e de pobreza, a discriminação pela ausência de oportunidades e políticas públicas nas áreas da saúde, educação, cultura, esporte, lazer, sem contar a exposição ao abandono, negligência, maus tratos, descaso, omissão e punição, exploração e discriminação social.

A situação de exclusão social vivenciada pelos adolescentes potencializa outras expressões da questão social. Portanto, a violência, fome, pobreza, discriminação, exclusão social, dentre outros, coloca o adolescente a frente de situações para suprir suas necessidades básicas, infelizmente, muitos acabam praticando algum ato infracional. Dessa forma, tal discussão nos faz refletir que além da pobreza existe uma sequência de violação de direitos vivenciados por esses adolescentes, onde o ato infracional relacionado com sua situação de pobreza se identifica também como a ausência de políticas públicas (SOUSA, 2015).

Em vista disso, desenvolver políticas de inclusão e que identifiquem as vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes é fundamental, pois assim, as estratégias estabelecidas serão compatíveis para atingir a situação de pobreza e de exclusão. A efetivação das políticas públicas pode sim garantir meios de enfrentamento às diversas expressões da questão social. Mas o que se percebe é um Estado omissivo, que se restringe cada vez mais do seu papel de origem e que no decorrer de suas responsabilidades não se efetiva universalmente, pondo em questão os direitos dos adolescentes.

6 | CONCLUSÃO

As reflexões realizadas até aqui, nos permite algumas conclusões. Diante disso a pesquisa sobre o tema “Pobreza e o ato infracional praticado por adolescentes se configura como uma expressão da questão social?” se fez pertinente já que essa relação vem se configurando como um fator social recorrente na sociedade.

As contribuições que essa pesquisa apresentou nos permitiu analisar como os adolescentes são reconhecidos, como vivem sua realidade, marcados pela pobreza, como o Estado vem atuando diante das expressões da questão social, mediante a efetivação das políticas públicas, para proporcionar melhores condições de vida digna aos adolescentes pobres.

Essa pesquisa teve como foco em questão a análise da pobreza como um condicionante para o ato infracional, o que nos permitiu compreender o desenvolvimento sobre a problemática exposta com a possibilidade de sugerir modificações no âmbito das condições de vida dos adolescentes que cometem ato infracional. As condições expostas nesse estudo propiciaram a compreensão de que o adolescente que comete ato infracional, não se trata de desvio de conduta, ou de comportamento, mas sim é vítima de um sistema

² O ECA no seu artigo 112 dispõe sobre as medidas socioeducativas, as quais são “advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional” (BRASIL, 1988, p.57).

desigual e excludente, que os vulnerabiliza e os deixam desprotegidos, entregues a própria sorte.

Que o combate de enfrentamento a pobreza por meio da atuação do Estado não seja apenas quando o adolescente esteja cumprindo alguma medida socioeducativa estabelecida pelo ECA, pois a sua condição de pobreza clama por estratégias de prevenção, para que a sua vulnerabilidade não seja atingida até o limite ao ponto de se tornar um adolescente em conflito com a lei.

É importante concluir que a privação, como mencionado e a violação de direitos que estes adolescentes vivem, também são fatores que favorecem aos adolescentes cometerem ato infracional. Diante dessa realidade, se exige do Estado uma efetivação das políticas públicas de caráter preventivo e protetivo, com a capacidade de atingir as desigualdades vivenciadas por esses adolescentes, dando assim, resposta ao título dessa pesquisa. Portanto, que este estudo possa fortalecer a compreensão da importância da efetivação integral dos direitos das crianças e dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência Normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

BERETTA, Regina Célia de Souza. **Um dos desafios da questão social**: adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Araraquara-SP. 2010. 229 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106124/beretta_rcs_dr_fran.pdf;jsessionid=5BDE6C984C65BA6060239656F0B7E3FF?sequence=1>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

CABRAL, Felipe Gomes; CHIOQUETTA, Rafaela Dotti. **Criminalização das crianças e dos adolescentes pobres**: reflexo da omissão estatal na garantia de direitos fundamentais. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, Marília/SP, edição 19, p.117-130, maio, 2017. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/7018/4504>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. **Psicologia da Adolescência**: normalidade e psicopatologia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O direito de ser adolescente:** oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília/DF: Unicef, 2011. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/publicacoes-1/situacao-da-adolescencia-brasileira-2011>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAYO, Claudenice Teixeira Cerqueira. **O adolescente pobre e o envolvimento com o tráfico de drogas em Salvador - BA.** 2016. 289 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.progesp.ufba.br/o-adolescente-pobre-e-o-envolvimento-com-o-traffic-de-drogas-em-salvador-ba>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do *et al.* **O processo de trabalho do assistente social com jovens em conflito com a lei.** In: Nascimento, Elaine Ferreira do *et al.* Serviço Social saberes e práticas profissionais. Caxias: Itacaiúanas, p.113-128. 2017.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza. **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil.** São Paulo: Global; UNICEF, 2005.

SOUSA, Irma Daniele Fortaleza De. **Adolescentes em conflito com a lei:** as causas que levam os adolescentes a cometerem ato infracional no estado do Piauí. Revista Fundamentos, Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. v.3, n.2, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/4732>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos:** a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 